

**AO ILUSTRÍSSIMO (A) SR. (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL ESTADO DE SÃO PAULO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO 045/2025**

**PROCESSO Nº 10674/2025**

A empresa **CONTIGO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita ao CNPJ sob o nº 09.183.734/0001-28, estabelecida na Rua Modesto Fávero, nº 33, São José do Rio Pardo – SP, neste ato representada por seu sócio e administrador LOURENÇO SNIDARCIS BERTI, CPF nº 382.363.318-06 e RG n. 445481821 SSSP/SP, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, e com supedâneo fundamento no art. 165, I da Lei nº 14.133/2021, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO** ao pregão eletrônico em testilha, bem como, contra a **HABILITAÇÃO** para a licitante **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA**, pelos seguintes fatos e fundamentos:

**I. PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, cabe destacar que nos termos de nosso ordenamento legal, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis em face da decisão de desclassificação da empresa ora recorrente.

Portanto, após a intimação da decisão aos 12/11/2025, está detém o prazo de até **17/11/2025** para apresentar suas razões recursais, deste modo, tempestivo *ad cautelam*.

**II. DOS FATOS**

De forma sucinta e objetiva trata-se de pregão eletrônico nº 045/2025, visando o fornecimento parcelado de cestas básicas, incluindo serviços de preparo, seleção, acondicionamento, distribuição e controle, destinadas aos empregados públicos municipais, pelo período de 05 anos – **critério menor preço**.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório, todavia, houve o equívoco formal junto ao sistema no ato de datilografia dos

itens 18 – *margarina delícia* e item 22 – *gelatina Yeba*. Todavia, a empresa licitante apresentou as **amostras corretas** em total acatamento ao pregão, carecendo de retificação sistêmica, ou esclarecimentos por meio do órgão julgador a respeito do erro formal apresentado. Vejamos o demonstrativo de amostras:

17	1	PCT	LEITE EM PÓ INT INST 380 GR	ROMANO
18	1	UND	MARGARINA C/SAL 500 GR	DELICIA
22	1	UND	PÓ P/GELATINA SABORES 20 GR	YEBA

Ocorre que a empresa recorrente, apresentou a menor proposta de preços ao certam e foi ***considerada provisoriamente classificada*** aos autos do processo administrativo (29/10/2025), contudo, para sua surpresa o sistema demonstrou controvérsias na fase de análise das amostras que carecem de serem saneadas. Vejamos:

11/11/2025 13:57:51	Boa tarde Senhores licitantes! Informo que amanhã, a partir das 9:00 horas, horário de Brasília, abrirei o prazo para manifestação de recurso.
11/11/2025 13:54:46	O condutor do processo disponibilizou um documento para o participante COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA
06/11/2025 14:34:48	O condutor do processo disponibilizou um documento para o participante COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA
29/10/2025 10:10:53	Mais uma vez, um bom dia a todos!
29/10/2025 10:10:27	Encerramos os trabalhos por enquanto.
29/10/2025 10:03:01	Fica então convocada a licitante Contigo provisoriamente classificada em primeiro lugar, para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o término dos lances. As amostras deverão ser entregues na Central de Alimentos Dr. Heitor Cavagnoli, localizada na Rua Waldomiro José Borsosa, s/nº, Bairro Jardim das Rosas.

Na sequência, houve a apresentação de documentos de maneira **SIGILOSA** e **EXCLUSIVAMENTE** *somente à empresa Comercial João Afonso LTDA aos dias 06/11/2025 e 11/11/2025*, e no dia seguinte proferida decisão de desclassificação da empresa recorrente, ora considerada provisoriamente classificada, vejamos:

11/11/2025 13:54:46	O condutor do processo disponibilizou um documento para o participante COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA
06/11/2025 14:34:48	O condutor do processo disponibilizou um documento para o participante COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA

Ora, tamanha insubsistência não merece prosperar e ainda, necessário esclarecimentos desde órgão a respeito dos procedimentos adotados, uma vez que, a r. decisão de desclassificação não corrobora com a realidade, a recorrente apresentou as devidas amostras, conforme documentação em anexo. ***Em total consonância com o certame! Vejamos a decisão:***

(...) DA DESCLASSIFICAÇÃO:  
CONTIGO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME.  
ITEM 15 – MOTIVO: na tabela com a composição dos produtos de cada cesta básica está especificado que o leite integral e instantâneo deve ter embalagem em lata, porém a empresa apresentou amostra em pacote.

*ITEM 16 – MOTIVO: a empresa entrou no pregão com a marca de margarina Dorian, porém apresentou amostra da marca Delícia.*

*ITEM 22 – MOTIVO: a empresa entrou no pregão com a marca de gelatina Yoki, porém apresentou amostra da marca Yeba. (...)*

Da análise do instrumento convocatório e anexos, bem como da ata da sessão pública, verificou-se que a r. decisão de classificação da empresa *Comercial João Afonso LTDA* se demonstrou tendenciosa e viola os princípios da Administração Pública, visto que **TODAS** as amostras foram classificadas *independente de seu valor*.

Os documentos de licitação são disponibilizados às empresas interessadas por meio de plataformas eletrônicas oficiais, garantindo a **transparência e o acesso isonômico a todos os participantes**, permitir acesso de forma preferencial e exclusiva somente ao participante vencedor é **notoriamente um erro crasso e passível de sindicância e ainda, anulação do certame**.

Isto posto, a empresa recorrente cumpriu estritamente ao edital, conforme a r. decisão menciona a entrega das marcas exigidas aos referidos itens quando da apresentação de amostras.

Inexistente risco, prejuízo, mácula à Administração Pública, e ainda, devidamente cumprido o edital licitatório – menor preço, a empresa provisoriamente vencedora, não praticou **NENHUM ato passível de desclassificação**.

Presentes fundamentos suficientes a ensejar a modificação da r. decisão de desclassificação da Empresa Contigo. Ademais, entender de modo diverso é violar o critério determinante do certame – **MENOR PREÇO!**

### **III.DAS RAZÕES DE REFORMA DA R. DECISÃO**

Em tese a r. decisão se fundamenta em DESCLASSIFICAR a empresa recorrente por discrepância entre o produto selecionado no sistema – ***pregão e a amostra entregue***. Amostras estas em total concordância/acatamento com o certame.

*Permissiva vênia*, em razão de ***mero erro formal de datilografia*** poderia o órgão requerer esclarecimentos, novas apresentações de amostras para resolução dos fatos quanto ao equívoco, contudo, **não foi feito**.

Ausentes, portanto, requisitos para fundamentar a desclassificação da empresa recorrente, uma vez que, para ser desclassificada a empresa licitante, durante o exame de aceitabilidade da

proposta, a Lei 14.133/2021 dispõe que serão desclassificadas as propostas que:

(...) Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - Contiverem vícios insanáveis;

II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável. (G.N) (...)

O inciso I aplica-se a vícios graves, para os quais não há possibilidade de saneamento sem que prejudique a competitividade e a isonomia no certame. No caso dos autos, trata-se de mero **erro formal** em selecionar o produto diverso quando da especificação dos produtos, todavia, entregue as amostras corretamente, e ainda, ***preços em conformidade com o certame!***

**Inexistente desconformidade insanável ou prejudicial à Administração Pública para fundamentar a desclassificação da empresa provisoriamente classificada!**

O presente recurso pontua os atos que precisam ser reconsiderados, estando respaldado na legislação vigente e decisões dos tribunais de contas, bem como nos princípios licitatórios. Neste sentido, a r. decisão ainda, menciona que a empresa licitante não cumpriu com as exigências do certame quanto ao Item 15, vejamos:

ITEM 15 – **MOTIVO:** na tabela com a composição dos produtos de cada cesta básica está especificado que o leite integral e instantâneo deve ter embalagem em lata, porém a empresa apresentou amostra em pacote.

Com todo acatamento, o **item 15** do certame se trata de **goiabada!!** Observemos:

15	1	UND	GOIABADA, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 300 A 400 GRS.
----	---	-----	--

Presente, notória controversa na r. decisão de desclassificação, dificultando em muito o contraditório e ampla defesa da empresa recorrente, visto que, os fundamentos de desclassificação são indecorosos. Ademais, por amor ao debate, no item de especificação da cesta básica, **INEXISTE exigência de leite em pó integral e instantâneo em lata,** vejamos:

**6.17 - LEITE EM PÓ INTEGRAL E INSTANTÂNEO FONTE DE VITAMINAS E MINERAIS**

**6.17.1** - Ingredientes mínimos: Leite integral e/ou leite cru refrigerado e/ou leite padronizado, emulsionante (emulsificante) lecitina de soja, vitaminas e minerais.

**6.17.2** - Na embalagem deverá constar o nome e o endereço do fabricante, nome e marca do produto, prazo de validade e nº. do lote.

**6.17.3** - Validade mínima de 02 (dois) meses a partir da data de cada entrega do produto.

**6.17.4** - Informação Nutricional: Porção de 26 g.

**6.17.5** - Quantidade por porção: Valor energético: mínimo 129 kcal.

**6.17.6** - Carboidratos: mínimo 9,5 g.

**6.17.7** - Proteínas: mínimo 6,5 g.

**6.17.8** - Sódio: máximo 100 mg.

*Eis as inconsistências do presente processo licitatório, carecendo, portanto, fundamentos plausíveis para desclassificação da empresa recorrente, até então provisoriamente classificada, posto que, ausentes requisitos do artigo 59 e incisos da Lei 14.133/2021 para manutenção da decisão de desclassificação da recorrente.*

*Nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto na Lei nº 14.133/2021, **as propostas apresentadas pelos licitantes devem estar rigorosamente em conformidade com as exigências do edital, deste modo, as amostras entregues atenderam perfeitamente ao edital!***

*Dessa forma, visando os princípios da transparência e da isonomia que o certame licitatório deve permear, os atos perpetrados pela *Recorrida Comercial João Afonso LTDA*, devem ser considerados por Vossa Senhoria e demais membros da Comissão de Licitações, decidindo pela ***Desclassificação da licitante declarada vencedora.****

***Imperioso ainda mencionar que a empresa vencedora/recorrida, foi classificada mesmo diante da apresentação de produtos em total discordância com os requisitos exigidos pelo edital, arroz e extrato de tomate que não detém valor energético compatível, deficiência de proteínas e carboidratos conforme documentos em anexo e tabela nutricional.***

*Por outro lado, considerando que o objeto principal da Administração é o atendimento ao disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, garantindo a observância do princípio constitucional da isonomia, a fim de selecionar a ***proposta mais vantajosa para a Administração***, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao*

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Destarte, as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Ressalte-se que a Lei Federal nº 9.784/99, que dispõe a respeito de procedimento administrativo, é clara ao estabelecer em seu artigo 2º a necessidade de obediência, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade e proporcionalidade.

E o mesmo dispositivo, em seu parágrafo único, inciso VI, determina que, nos processos administrativos, serão observados os critérios de:

*“adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público”.*

Deste modo, pleiteamos que Vossa Senhoria respeite o Princípio da Legalidade, que deve estar presente em todos os atos administrativos praticados em nosso País, não devendo a Administração Pública jamais dar interpretação que viola diretamente esse princípio e conseqüentemente a ordem jurídica.

Assim sendo, assiste plena razão para a procedência das razões recursais da Recorrente, onde está comprovado que a Recorrida veio a infringir as determinações legais constantes no Edital, sendo mister sua Desclassificação. ***Inexistentes fundamentos para manutenção r. decisão de desclassificação da empresa recorrente.***

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o acima exposto, é a presente para interpor Recurso Administrativo à Vossa Senhoria para Requerer seu recebimento e conhecimento, para **REVOGAR** a decisão que Habilitou e Declarou Vencedora a Recorrida **COMERCIAL JOÃO AFONSO LTDA** dando total provimento às razões, **CONVOcando-SE A EMPRESA RECORRENTE**, esta que foi declaradamente classificada provisoriamente em primeiro lugar, haja vista, a inexistência de fundamentos para sua desclassificação, sendo, a melhor colocada – menor preço, por ser medida de Direito e Justiça!

Outrossim, sendo diverso o entendimento, pugnamos que seja as Contrarrazões ao Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido à autoridade hierarquicamente superior para análise e decisão final, segundo preleciona o parágrafo 2º do artigo 165, da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem, conforme previsto no §4º, do mesmo artigo.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São José do Rio Pardo -SP, 17 de novembro de 2024.

**CONTIGO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP**  
**LOURENÇO SNIDARCIS BERTI**  
CPF nº 382.363.318-06

**BIANCA MEGALE DA SILVA**  
**OAB/SP 467.465**